

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A - CELESC  
NIRE Nº 42300011274 - CNPJ/MF Nº 83.878.892/0001-55  
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Data, hora e local:** Aos nove dias do mês de agosto de dois mil e dezoito na sede social da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, na Avenida Itamarati, 160, Itacorubi, em Florianópolis (SC), com início às 9 horas. **Presenças:** Derly Massaud Anunciação, Luciano Chede, Marcelo G. da Silva, Leandro N. da Silva, Cleverson Siewert, Ademir Zanella, Edison A. Andrino de Oliveira, Paulo Roberto Meller, Michel N. Itkes, Luiz Otavio Assis Henriques e José Luiz Alquéres. **INFORMAÇÃO: 1. Relato do Presidente da Celesc Holding referente atividades da Empresa** (Relator: Cleverson Siewert): O Presidente iniciou comentando sobre o resultado da 20ª edição do Prêmio Abradee que comparou o desempenho das empresas distribuidoras associadas à entidade em cinco indicadores. Entre as empresas com mais de 500 mil consumidores, a Celesc foi eleita a 11ª melhor distribuidora do país, mantendo a posição do ano passado, com destaque para a 5ª posição na Avaliação do Cliente e 7º lugar na Responsabilidade Socioambiental. Em seguida, destacou a recepção/ambientação, nos dias 19 e 20 de julho, de 110 novos empregados admitidos no último concurso. O processo de ambientação contou com palestras sobre temas corporativos próprios do ambiente de negócios da Celesc como Planejamento estratégico, aspectos regulatórios, Responsabilidade Socioambiental além de orientações sobre a rotina do empregado. Destacou também a iniciativa da Agência Regional de Videira, em parceria com a Divisão da Segurança do Trabalho Saúde e Bem Estar, na condução da agenda de ações integradas das CIPAS buscando, em cada mês, tratar temas específicos com os empregados, como o combate ao sedentarismo, segurança no trânsito e campanhas de doação de sangue. Comentou a participação da Celesc, em 23 de julho, no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no lançamento da campanha institucional pela ética e transparência, intitulada “Eleição com participação é eleição sem corrupção”, que contou com a presença do presidente do TSE o ministro Luiz Fux. Na sequência, destacou a continuidade dos treinamentos para a capacitação interna dos empregados com o evento ocorrido nos dias 02 e 03 de agosto, apresentando o novo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Celesc. Com a presença de cerca de 150 empregados da Administração Central, além da participação das Agências Regionais, por videoconferência, o evento discutiu as novas formas de contratações e analisou as mudanças nos procedimentos de compras e licitações, que antes respeitavam a Lei 8.666/93 e agora estão em conformidade com as exigências da Lei 13.303/16. No ambiente macro, comenta sobre a manutenção, pela terceira vez consecutiva, da taxa básica de juros, a Selic, em 6,5% ao ano. Destaca a instabilidade no comércio global e a política de normalização das taxas de juros nos Estados Unidos como os principais riscos para a inflação brasileira e comenta a estimativa do Banco Central de um valor próximo a 4,2% para o índice em 2018. Comenta também sobre a taxa de desemprego do segundo trimestre, que se manteve praticamente estável, com 12,4%, frente a 12,7% no período anterior e a expectativa de crescimento zero no rendimento do trabalhador brasileiro, até o fim de 2018. No ambiente internacional, comenta sobre a decisão do FED em manter a taxa de juros entre 1,75% e 2% e, dada a solidez da economia dos Estados Unidos, sinaliza uma alta em setembro, decisão que não agrada a Casa Branca, que acredita que essa política monetária fortalece o dólar e atrapalha seu objetivo de estimular o crescimento econômico, especialmente em um momento em que o índice de confiança do consumidor americano é o maior desde 2006. Na zona do Euro, destaca o acordo entre União Europeia e China na promoção do multilateralismo e o apoio ao livre comércio. Comenta também e a decisão do Banco Central Britânico de aumentar a taxa de juros para conter

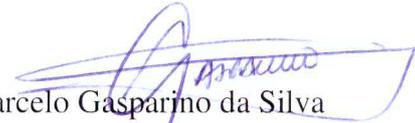
a inflação do país, a mais alta desde 2009 e a perspectiva de crescimento da economia britânica em 1,4% em 2018, mesmo com as incertas consequências de sua saída da União Europeia. Na política, destaca a confirmação de 13 candidatos à Presidência da República, segundo maior número desde 1989, com 22 concorrentes e analisa as características de disputas presidenciais recentes. Referente ao setor elétrico, avalia a situação enfrentada pelas distribuidoras em relação aos elevados custos com despesas extraordinárias, ocasionados pela falta de chuva e acionamento das térmicas, e relata as propostas encaminhadas setorialmente para adequações no modelo que ajudem a compensar o desequilíbrio causado pelo risco hidrológico. Comenta também a compra da Companhia de Energia do Piauí – Cepisa, distribuidora da Eletrobras, pela Equatorial Energia, no leilão do dia 23 de julho. Ainda sobre o setor, destaca o programa de performance organizacional do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e o modelo de meritocracia criado para ele. Continua, destacando a publicação das portarias do MME, que definem metas de eficiência energética para equipamentos elétricos, estimando uma redução no consumo de energia elétrica de cerca de 2.350 GWh/ano. Comenta sobre os ajustes na metodologia de cálculo do PLD horário, com previsão de início em janeiro de 2020 e avalia os desafios técnicos e econômicos para substituição de 75% dos equipamentos da rede básica, estes, no fim de sua vida útil regulatória, gerando também uma oportunidade de mais de R\$ 10 bilhões em novos investimentos. Na sequência, comenta sobre a expansão da matriz energética brasileira, a geração e o consumo no mês de julho. Finaliza, comentando sobre o nível de armazenamento atual dos reservatórios, abaixo da previsão anterior e sobre a manutenção do PLD no teto, a R\$ 505,18/MWh. **2. Relato dos Comitês – (Relato dos coordenadores):** **Comitê Financeiro:** O comitê analisou o relatório de acompanhamento do PMSO, resultados do 2º Tri/18, fluxo de caixa, captações; apresentação sobre o empreendimento Xavantina. O Conselheiro Marcelo G. da Silva solicita a revisão da política de provisionamento de demandas judiciais. **Comitê Jurídico e Regulatório:** O coordenador relatou que foram analisados os seguintes assuntos: Registro de envio ao Estado de Santa Catarina da proposta para o Estatuto Social Celesc; Declaração de Independência da Auditoria Externa e Risco Ações Judiciais. **Comitê de Assuntos Estratégicos e de Sustentabilidade:** Na reunião do comitê foram apreciados os seguintes assuntos: Relatórios GRI e Socioambiental Aneel; Calendário de Revisão do Plano Diretor; Formalização de Contrato de Locação de Fibras Ópticas do cabo OPGW LT Lages – Rio do Sul; Auto de Infração FATMA - CEFA; Transgressões de indicadores individuais - DIC / FIC / DMIC / DICRI. **Comitê de Elegibilidade:** Foram analisados os processos de indicação dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário. **DELIBERAÇÃO: 3. Aprovação dos Relatórios GRI e Aneel (Relatora: Regina S. Luciano):** Aprovado por unanimidade, o relatório GRI – Global Reporting Initiative e ratificado o relatório Socioambiental ANEEL, constantes da NE/CA nº 69/18 e Deliberação nº 649/2018. O Conselho elogia a qualidade do trabalho realizado. **4. Registro de envio ao Estado de Santa Catarina da proposta de Estatuto Social da Celesc – (Relator: Vanessa E. R. Rothermel):** Após realizados ajustes na redação de alguns artigos os Conselheiros concordaram em encaminhar a proposta de alteração do estatuto social da companhia ao acionista controlador, para que este solicite autorização legislativa, nos termos do § 2º do artigo 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina, ou solicite a convocação de AGE se entender que as alterações preconizadas advêm da forma compulsória com que a legislação federal e a estadual impuseram tais adaptações aos estatutos das empresas públicas e sociedades de economia mista, portanto cabendo aos agentes públicos dar cumprimento a essas disposições legais. Quanto a manifestação do Conselheiro Marcelo Gasparino da Silva constante do item 12 ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 19.07.2018 a companhia reitera as informações constantes da Nota de encaminhamento nº 058/18: Em 30 de junho de 2016 o governo federal editou a Lei n. 13.303 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública e sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios. Referida lei estabelece uma série de mecanismos de transparência e governança a serem observados pelas estatais, como regras para divulgação de informações, práticas de gestão de risco, códigos de conduta, formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade, constituição e funcionamento dos conselhos, assim como requisitos mínimos para nomeação de dirigentes, além de normas de licitações e contratos específicas para empresas públicas e sociedades de economia mista. O Estado de Santa Catarina, através do Decreto Estadual nº 1.025 de 18 de janeiro de 2017, instituiu grupos de trabalho para a promoção das adaptações necessárias à adequação das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais ao disposto na lei federal supra mencionada. Já em 07 de fevereiro de 2018, por intermédio do Decreto nº 1.484, o Governo de Estado fixou as diretrizes para a promoção das adaptações necessárias, estabelecendo modelos de referência que seriam disponibilizados por meio de Instrução Normativa Conjunta da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) e da Secretaria de Estado da Casa Civil, o que ocorreu somente em 28 de maio de 2018. Diante de tais fatos, a companhia utilizou os modelos de referência disponibilizados pelo Estado de Santa Catarina e aprovou em 28.06.2018, diversos documentos normativos. Em especial quanto a proposta de reforma estatutária, os senhores conselheiros, na ocasião divergiram quanto a redação de alguns pontos e por se tratar do assunto mais complexo dos apresentados, os conselheiros concordaram em estudar melhor a proposta antes de encaminhá-la ao acionista ao acionista controlador. **5. Eleição dos Membros do Comitê de Auditoria Estatutário (Relator: Leandro Nunes da Silva).** Considerando a manifestação favorável do Comitê de Elegibilidade, e que os indicados apresentam os requisitos legais e não possuem vedações para o exercício do cargo, o Conselho de Administração por unanimidade elege os seguintes membros para compor o Comitê de Auditoria Estatutário: Srs. Glauco José Corte (independente), Rubens José Della Volpe, Luciano Chede (independente), Sérgio Tadeu Nabas (independente e especialista em contabilidade societária) e Aloisio Macário Ferreira de Souza (independente). O Conselho de Administração, por maioria, indica o Sr. Luciano Chede para ser o coordenador do CAE. O Conselheiro Marcelo G. da Silva indica o Sr. Aloísio para coordenação do comitê. O Conselheiro Luciano Chede expressamente renuncia aos honorários referentes ao exercício do cargo de conselheiro e informa que deixará de participar do Comitê de assuntos jurídicos e regulatórios. Em seu lugar entrará o Conselheiro Marcelo Gasparino da Silva e o coordenador do comitê será o Conselheiro Michel Itkes. Também foi apresentada proposta de reestruturação dos órgãos de controle, contemplando revisão das atribuições da atual Auditoria Interna e criação da área de Corregedoria, tendo sido aprovada pelo Conselho. **6. Manifestação do CA sobre a Declaração de Independência da Auditoria Externa (Relator: José Eduardo Evangelista):** Aprovada a contratação da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes – PWC, para a prestação de serviços de auditoria, por ser a vencedora do processo licitatório nº 17/00180193 e Concorrência nº 17/02116. A empresa de auditoria apresentou declaração de independência em relação à Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A e suas subsidiárias integrais Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A. **7. Autorização para Formalização de Contrato de Locação de Fibras Ópticas do cabo OPGW LT Lages – Rio do Sul (Relator: Vitor Lopes Guimarães)** Aprovada por unanimidade, a proposta constante da NE/CA nº 65/18 e Deliberação nº 118/2018. **8. Aprovação do Calendário Plano Diretor (Relator: André Luiz de Castro Pereira):** Aprovado por unanimidade, a proposta constante da NE/CA nº 70/18 e Deliberação nº 65/2018. **CONHECIMENTO/APRESENTAÇÃO:** Foram apresentados os seguintes temas: **10. Resultados do 2º trimestre/18 da Celesc S.A. Celesc Distribuição e Celesc Geração S.A (Relator: José Eduardo Evangelista):** Apresentados os resultados do 2º trimestre/18 da Celesc S.A. e suas subsidiárias integrais Celesc Distribuição e Celesc Geração S.A. Os auditores independentes estavam na companhia para prestar os esclarecimentos solicitados pelo Conselho. **11. PMSO, Resultado, Fluxo de Caixa, Captações de Recursos; Ata processada por meio**

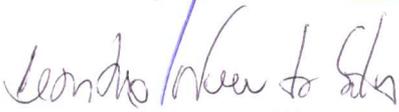
eletrônico, cuja publicação é autorizada sob a forma de sumário. Florianópolis, 09 de agosto de 2018. Derly Massaud de Anuniação, Presidente; Vanessa E. R. Rothermel, Secretária.



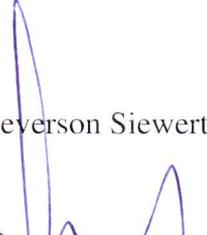
Derly Massaud de Anuniação  
Presidente



Marcelo Gasparino da Silva



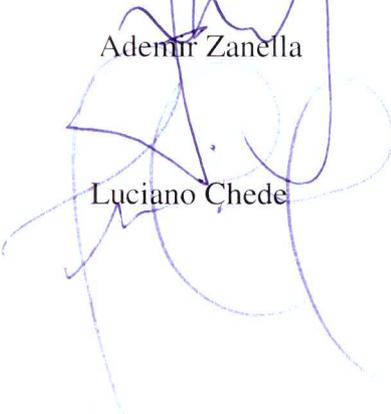
Leandro Nunes da Silva



Cleverson Siewert



Ademir Zanella



Luciano Chede



Vanessa E. R. Rothermel  
Secretária



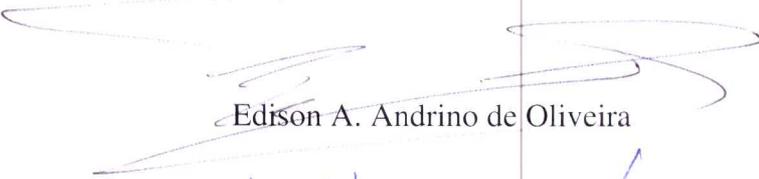
Paulo Roberto Meller



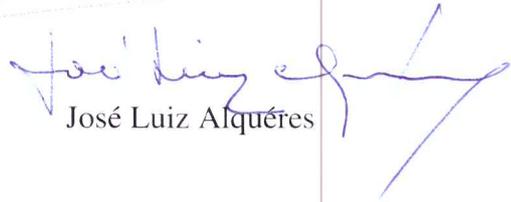
Michel Nunes Itkes



Luiz Otavio Assis Henriques



Edison A. Andrino de Oliveira



José Luiz Alquéres